

Narrativas em Disputa: Uma Análise Crítica da Cobertura Midiática sobre os Conflitos entre a Agropalma e Comunidades Tradicionais no Pará¹

Elizandra da Silva Ferreira²
Jússia Carvalho da Silva Ventura³
Universidade Federal do Pará - UFPA

RESUMO

Este estudo analisa a cobertura midiática dos conflitos socioambientais envolvendo a empresa Agropalma e comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas) nos municípios de Acará, Moju, Tailândia e Tomé-Açu (PA), entre 2010 e 2024. A pesquisa, baseada na metodologia de Análise de Conteúdo categorial (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021), examinou 175 notícias para identificar padrões narrativos, atores sociais destacados e tendências temáticas. Os resultados revelam que 40,57% das matérias abordam conflitos fundiários, seguidos por violência contra comunidades tradicionais (38,29%), com picos de cobertura em 2022-2024. Veículos locais (como Ver-o-Fato) e nacionais (G1) desempenharam papel crucial na visibilização dos conflitos, embora com diferenças editoriais. Conclui-se que a mídia amplifica tensões entre desenvolvimento econômico e direitos territoriais, mas a cobertura frequentemente negligencia aspectos estruturais, como a regularização fundiária. O trabalho contribui para debates sobre comunicação, justiça socioambiental e políticas públicas na Amazônia.

PALAVRAS-CHAVE: Agropalma; conflitos fundiários; mídia; comunidades tradicionais; Amazônia.

CORPO DO TEXTO

A Amazônia brasileira, reconhecida por sua biodiversidade e pluralidade cultural, é palco de conflitos socioambientais históricos, onde interesses econômicos frequentemente colidem com os direitos de comunidades tradicionais. Nesse contexto, a expansão da monocultura de dendê no Pará, liderada por empresas como a Agropalma, tem gerado tensões fundiárias, violência e degradação ambiental, especialmente nos municípios de Acará, Moju, Tailândia e Tomé-Açu. Tais conflitos, no entanto, não se restringem ao campo material: são também disputas narrativas, nas quais a mídia

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Meio Ambiente, Questões Políticas e Narrativas da Amazônia, evento integrante da programação do 22º Congresso de Ciências da Comunicação da Região Norte, realizado de 28 a 30 de maio de 2025.

² Jornalista graduada pela Universidade Federal do Pará. Discente de Licenciatura em Teatro pela Universidade Federal do Pará. Residente de Comunicação Social da Clínica Multiverdades da UFPA, email: elizandra.ferreira@ica.ufpa.br

³ Doutora em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Pará. Professora Substituta da Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal do Pará e Professora Colaboradora da Clínica Multiverdades da UFPA, email: jussiac@gmail.com

desempenha um papel central na construção de percepções públicas e na mobilização de ações políticas.

Este estudo se insere no debate sobre comunicação e justiça socioambiental, investigando como a cobertura midiática retrata os conflitos entre a Agropalma e comunidades indígenas e quilombolas. Partimos do pressuposto de que a mídia não apenas informa, mas também molda entendimentos sobre os atores envolvidos, influenciando agendas políticas e respostas institucionais. A pesquisa busca, assim, compreender quais narrativas predominam, como os veículos regionais e nacionais diferenciam suas abordagens e quais lacunas persistem na representação desses conflitos.

A expansão da monocultura de dendê no Pará, liderada pela empresa Agropalma, tem gerado conflitos socioambientais com comunidades indígenas e quilombolas, envolvendo disputas fundiárias, violência e degradação ambiental. Esses embates refletem tensões históricas entre desenvolvimento econômico e direitos territoriais, com impactos profundos na biodiversidade e nos modos de vida tradicionais. Este estudo analisa como a mídia retrata esses conflitos, buscando identificar padrões narrativos, vieses e lacunas na cobertura jornalística entre 2010 e 2024. A relevância do tema reside na urgência de equilibrar interesses econômicos, ambientais e sociais na Amazônia, além de compreender o papel da mídia na formação de opinião pública e políticas públicas.

A pesquisa adotou a **Análise de Conteúdo categorial** (Sampaio; Lycarião, 2021) para examinar 175 notícias coletadas do Google, categorizadas em: conflitos fundiários, violência contra comunidades, impactos ambientais, trabalho escravo e certificações. A metodologia permitiu sistematizar dados qualitativos e quantitativos, utilizando gráficos para visualizar tendências temporais e temáticas. A coleta manual, necessária devido às limitações de ferramentas automatizadas, garantiu abrangência e precisão, focando em veículos locais (Ver-o-Fato, Portal Tailândia) e nacionais (G1, Brasil de Fato).

O referencial teórico destaca a **teoria do agendamento midiático** (McCombs; Shaw, 1972; McCombs, 2005) e estudos críticos sobre representação (Hall, 2003), que ajudam a entender como a mídia influencia a percepção pública e a agenda política. A abordagem de Sampaio e Lycarião (2021) sobre Análise de Conteúdo reforça a

importância de categorizar narrativas para identificar estereótipos e silenciamentos, como a subnotificação de impactos ambientais cumulativos.

As conclusões apontam que a cobertura midiática, embora essencial para denunciar violações, **reproduz parcialidades**: a. **sensacionalismo**: Foco em eventos violentos em detrimento de análises sobre regularização fundiária ou políticas públicas; b. **desigualdade de vozes**: Comunidades tradicionais têm menos espaço como fontes diretas comparado a representantes empresariais e c. **fragmentação**: Falta de continuidade na cobertura de processos judiciais ou mobilizações locais. Os resultados revelaram que **40,57% das matérias** destacam conflitos fundiários, seguidas por violência contra comunidades (38,29%), evidenciando a centralidade das disputas por terra. Impactos ambientais e trabalhistas aparecem com menor frequência (5,71% e 4,57%, respectivamente), sugerindo uma cobertura mais reativa a crises agudas do que a problemas estruturais. O pico de notícias em 2022-2024 coincide com denúncias de grilagem e repressão policial, indicando maior visibilidade midiática em períodos de escalada dos conflitos. A análise comparativa das fontes mostrou que veículos regionais, como o **Ver-o-Fato (16%)**, tendem a abordar os conflitos com maior profundidade e proximidade às comunidades, enquanto portais nacionais como o **G1 (17,14%)** priorizam eventos pontuais e fontes empresariais. Essa diferença editorial reflete assimetrias no acesso à informação e na representação dos atores envolvidos. Por exemplo, comunidades tradicionais são frequentemente retratadas como "vítimas" passivas, enquanto a Agropalma é associada a contradições entre geração de empregos e violações trabalhistas.

As políticas de comunicação que fortaleçam mídias comunitárias podem reduzir "desertos de notícias" na Amazônia, garantindo pluralidade informativa. Este estudo contribui para debates sobre **comunicação e justiça socioambiental**, evidenciando a necessidade de narrativas midiáticas que equilibrem denúncia com contextualização, pressionando por soluções institucionais. Futuras pesquisas poderiam explorar o impacto dessa cobertura na opinião pública e em decisões políticas, além de investigar o papel de plataformas digitais na mobilização por direitos territoriais.

REFERÊNCIAS

HALL, S. **Representation:** Cultural representations and signifying practices. Sage, 2003.

McCOMBS, Maxwell. A Look at Agenda-setting: past, present and future. **Journalism Studies**. Vol.6, n.2, 2005, Texas.

MCCOMBS, M & SHAW, D. The agenda setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, n.36, 1972.

SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. **Análise de conteúdo categorial:** manual de aplicação. Enap, 2021.